

STJ00119071

MARCELO VIEIRA VON ADAMEK

# **ESTUDOS DE DIREITO SOCIETÁRIO**

DIREITO EMPRESARIAL  
CONTEMPORÂNEO 1

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, inverno de 2023

Copyright © 2023 by Editora  Quartier Latin do Brasil

---

**ADAMEK, Marcelo Vieira von**

*Estudos de Direito Societário: Direito Empresarial Contemporâneo 1*

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

*Estudos de Direito Societário: Direito Empresarial Contemporâneo 1. ADAMEK, Marcelo Vieira von. - 1ª ed. - São Paulo: Quartier Latin, 2023.*

ISBN 978-65-5575-225-0

1. Direito Societário; 2. Responsabilidade de Sócios; 3. Assembleia de Sócios;
  4. Dissolução Parcial; 5. Apuração de Haveres; 6. Capital Social; 7. Lei das S/A.
1. I. Título
- 

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: [quartierlatin@globo.com](mailto:quartierlatin@globo.com)

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Prefácio .....	17
Introdução .....	19

### I.

## RESPONSABILIDADE DE SÓCIOS, CONTROLADOR, ADMINISTRADOR E DA SOCIEDADE, 21

### 1. Imputação de Conhecimento nas Sociedades Empresárias, 23 *(em Coautoria com André Nunes Conti)*

1. Considerações introdutórias.....	25
2. Premissas .....	28
2.1. O conceito de imputação no direito privado .....	28
2.2. O conhecimento como objeto de imputação.....	29
2.3. Conhecimento efetivo e conhecimento potencial .....	36
3. A imputação do conhecimento de administradores e funcionários à sociedade em que trabalham .....	38
3.1. Estrutura geral da solução.....	38
3.2. Ilustração com casos concretos.....	50
3.2.1. Vício redibitório conhecido pelo alienante (CC, art. 443).....	51
3.2.2. Declaração incompleta culposa do segurado (CC, art. 766, par. ún.).....	54
3.2.3. Cláusulas anti- <i>sandbagging</i> em contratos de M&A .....	57
4. A imputação do conhecimento de sócios à sociedade de que participam e vice-versa .....	59
4.1. Estrutura geral da solução.....	59
4.2. Ilustração com casos concretos.....	62
5. Conclusão .....	65
6. Referências bibliográficas.....	66

### 2. Notas sobre a Cogestão da Empresa no Direito Brasileiro, em Especial nas Companhias com a Maioria do Capital Votante da União (Lei nº 12.353/2010), 69

1. Introdução .....	71
2. A cogestão no sistema alemão.....	74

3. O sistema francês .....	80
4. A cogestão no direito brasileiro.....	83
5. A cogestão obrigatória em empresas controladas pela União.....	87
5.1. Sociedades abrangidas pela regra de cogestão obrigatória .....	89
5.2. Pressupostos da cogestão obrigatória .....	91
5.3. Requisitos de investidura do conselheiro de indicação dos empregados .....	91
5.4. Escolha; eleição e destituição (ordinária e excepcional) .....	93
5.5. Estabilidade e relação de emprego .....	95
5.6. Composição do Conselho de Administração.....	96
5.7. Conflito de interesses; deveres e responsabilidades dos administradores .....	97
6. Notas críticas conclusivas.....	99
7. Bibliografia .....	101

### **3. Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades no Direito Brasileiro, 105**

1. Introdução .....	107
2. Responsabilidade civil dos administradores: funções e inserção no sistema geral .....	111
3. Os pressupostos do dever de indenizar na lei acionária.....	113
3.1. Conduta antijurídica imputável: a regra da Lei das S/A .....	114
3.2. Conduta antijurídica: a regra do CC.....	120
3.3. Nexo de causalidade .....	121
3.4. Dano .....	123
3.4.1. Atributos do dano ressarcível .....	127
3.4.2. Danos diretos e indiretos (reflexos sobre a ação cabível) .....	128
3.5. Responsabilidade individual e solidária: a regra da Lei das S/A .....	129
3.5.1. Solidariedade pelo descumprimento de deveres legais destinados a assegurar o regular funcionamento da companhia.....	133
3.5.2. Solidariedade pelo descumprimento de outros deveres .....	134
3.5.3. Solidariedade dos terceiros .....	137
3.6. Responsabilidade individual e solidária: a regra do CC .....	139
4. Causas extintivas <i>lato sensu</i> .....	139
4.1. Prescrição .....	139
4.2. Exoneração ( <i>quitus</i> ).....	141

5. Conclusão .....	150
6. Bibliografia .....	151

#### **4. Ação Individual Contra Administrador de Companhia para o Fim de Obter a Reparação de Dano Individual Reflexo ou Indireto (LSA, art. 159, § 7º): Descabimento, 157**

Comentário do acórdão .....	161
1. O caso concreto (resumo do caso).....	161
2. As questões debatidas no acórdão (pontos de interesse).....	162
3. Os traços característicos e distintivos da ação social e da ação individual de responsabilidade civil contra administradores de S/A.....	162
4. Razões pelas quais a ação individual não se presta a obter a reparação de dano individual reflexo ou indireto (decorrente do dano social).....	165
5. Meios para obter o ressarcimento do dano individual reflexo .....	168
6. Em conclusão.....	170

#### **5. Temas Atuais e Controvertidos da Ação de Responsabilidade Civil Contra Sociedade Controladora (LSA, art. 246), 171**

1. Introdução .....	173
2. Ação social derivada: o instrumento processual de tutela da minoria e a necessária calibração teleológica do metro exegético.....	174
3. O prêmio: base de cálculo e percentual .....	179
4. Os honorários de advogado: base de cálculo, percentual e aplicação da regra nos processos judicial e arbitral.....	182
5. Os critérios de divisão do prêmio e dos honorários entre litisconsortes ativos.....	188
6. A caução e a sua fixação .....	191
7. Bibliografia .....	194

#### **6. A Legitimação Extraordinária Concorrente do Acionista para Propositura de Ação de Responsabilidade Contra o Controlador: Modo de Lidar com a Superveniente Iniciativa da Companhia, 197**

1. Introdução .....	199
2. A disciplina da ação de responsabilidade civil contra controlador na lei acionária: instrumento de proteção à iniciativa da minoria.....	199
3. A ação dos substitutos e a ulterior ação da companhia: legitimação extraordinária concorrente primária, ou originária.....	207

4. A deliberação assemblear pela propositura de nova ação pela companhia e a possível forma de implementá-la corretamente.....	212
5. Conclusão.....	213
6. Bibliografia .....	214

**7. O alcance extintivo do *quitus* diante de recente  
Decisão do Superior Tribunal de Justiça: Comentários  
ao recurso especial nº 1.741.338-SP, 217**

*(em coautoria com Carlos Vieira von Adamek)*

Recurso Especial nº 1.741.338 – SP.....	219
Ementa.....	219
1. Introdução .....	227
2. O <i>quitus</i> no direito brasileiro e a ampla exoneração decorrente da aprovação das demonstrações financeiras (e das contas) .....	228
2.1. Críticas ao efeito exoneratório .....	235
2.2. Requisitos e efeitos da deliberação.....	237
2.3. Alcance subjetivo e alcance objetivo.....	241
3. As teses de destaque no julgado .....	246
3.1. Sobre a necessidade de invalidação do <i>quitus</i> para responsabilizar o administrador exonerado .....	247
3.2. Sobre o alcance do <i>quitus</i> : a releitura do instituto .....	248
4. Em conclusão.....	252
5. Bibliografia .....	253

**8. Reflexões sobre a Liquidação de Sentença  
em Arbitragem Coletiva no Mercado de Capitais, 257**

1. Introdução .....	259
2. As objeções às arbitragens coletivas .....	261
3. A convenção de arbitragem: a vinculação das associações e o litígio arbitrável .....	265
4. A liquidação de sentença genérica em ações e arbitragens coletivas em geral.....	268
4.1. A liquidação da sentença genérica: a jurisdição competente .....	270
4.2. A sentença na arbitragem coletiva no mercado de capitais e a sua liquidação.....	274
5. Em conclusão.....	277
6. Bibliografia .....	278

## **9. Vínculos de Lealdade e Regra de Substancialidade: Uma Comparação de Sistemas, 281**

*(de Herbert Wiedemann)*

1. Introdução .....	283
2. Vínculos de lealdade de órgãos e sócios .....	285
2.1. Posição atual .....	285
2.2. Uma visão de direito comparado.....	286
2.3. Deveres de lealdade dos membros de órgãos no direito alemão .....	288
2.4. Deveres de lealdade dos sócios individualmente .....	294
2.5. Deveres de lealdade dos sócios majoritários .....	296
3. Deliberações com ou sem motivação substancial .....	304
3.1. Posição atual .....	304
3.2. Apreciação crítica.....	306
3.3. Questões prévias .....	308
3.4. Conclusões finais .....	310
4. Comparação geral e perspectiva .....	312

## **II.**

### **ASSEMBLEIA DE SÓCIOS E ACIONISTAS, 315**

#### **10. Das Competências Privativas Implícitas da Assembleia de Sócios e Acionistas, 317**

1. Introdução .....	319
2. A assembleia geral: posição orgânica e competências.....	319
2.1. Competências legais.....	322
2.2. Competências convencionais .....	324
3. Competências implícitas?.....	325
3.1. A evolução do direito alemão (os casos “Holzmüller” e “Gelatine”) .....	327
3.1.1. O caso “Holzmüller” .....	329
3.1.2. O caso “Gelatine” .....	331
3.2. A análise do tema no direito brasileiro.....	336
4. Dando um passo além: decisões estruturais .....	340
4.1. Grupos de casos (subsídios da jurisprudência alemã) .....	344
4.2. Quórum de deliberação.....	346
4.3. O problema do recesso.....	348
5. À guisa de conclusões .....	349
6. Bibliografia .....	352

## **11. Convocação Simultânea de Assembleia ou Reunião de Sócios no Direito Brasileiro, 355**

1. O caso concreto (resumo do litígio).....	361
2. As questões debatidas no acórdão (pontos de interesse).....	362
3. A convocação simultânea de assembleia ou reunião de sócios.....	366
3.1. Assembleias de condôminos, de associados e de credores .....	367
3.2. Assembleias de sócios em cooperativas .....	368
3.3. Assembleia geral de acionistas .....	369
3.4. Assembleia ou reunião de sócios no regime do Código Civil.....	371
3.5. Síntese.....	375
4. A solução dada ao caso concreto.....	376
5. Bibliografia .....	377

## **12. Ação de Acertamento de Deliberação Assemblear, 379**

1. O problema da efetividade na invalidação das deliberações assembleares negativas.....	381
2. O acertamento do conteúdo da deliberação assemblear através de medida judicial.....	383
2.1. Hipóteses de cabimento.....	388
2.2. Eficácia da ação (e da sentença) .....	390
2.3. Legitimação ativa e passiva .....	390
2.4. Prazo para propositura .....	391
2.5. Defesas.....	392
3. Acertamento de deliberações positivas viciadas.....	394
4. Abuso de minoria e acertamento de deliberação.....	395
5. Notas conclusivas .....	398
6. Bibliografia .....	399

## **13. Da Ação de Desempate no Direito Societário Brasileiro, 401**

1. Processo deliberativo, votação e maioria.....	403
2. Empate: sentido e consequências .....	406
2.1. O empate diante do DL nº 2.627/1940 e leis anteriores.....	407
2.2. O empate na Lei nº 6.404/1976 .....	409
2.2.1. Critérios estatutários de desempate .....	411
2.2.2. Intervalo interassemblear .....	413
2.3. O empate no Código Civil e a aplicabilidade da regra às sociedades limitadas.....	413

3. A ação de desempate.....	415
3.1. Espécie de jurisdição e consequências de sua afirmação .....	416
3.2. Natureza do provimento .....	420
3.2.1. Pedido: objeto e extensão .....	420
3.2.2. Caráter dúplice da ação de desempate.....	421
3.3. Condições da ação .....	424
3.3.1. Legitimação ativa.....	424
3.3.2. Legitimação passiva e litisconsórcio .....	426
3.3.3. Interesse de agir .....	429
3.4. Participação do Ministério Público.....	430
3.5. Foro competente .....	431
3.6. Defesa e o seu conteúdo.....	431
3.7. Tutela de urgência .....	432
3.8. Instrução da causa.....	432
3.9. Sentença .....	433
3.10. Sucumbência.....	434
3.11. Coisa julgada.....	435
4. Outras questões polêmicas.....	435
4.1. Ação de desempate e quóruns qualificados .....	436
4.2. Ação de desempate e deliberações de outros órgãos societários colegiais.....	438
4.3. Outras aplicações da regra de desempate .....	439
4.4. Empate em associações .....	440
5. Bibliografia .....	440

**14. Da Natureza Jurídica do Prazo para o Exercício  
da Ação Anulatória de Deliberação Assemblear:  
Comentários ao Recurso Especial nº 11.808-SP, 445**

Recurso Especial nº 11.808 SP.....	447
Ementa.....	447
1. Introdução: o tema central e a causa decidida .....	450
2. O critério distintivo adotado no acórdão e a sua insuficiência: a literalidade da lei.....	451
3. O real critério distintivo e as críticas ao entendimento tradicional .....	453
3.1. Direitos potestativos e direitos subjetivos em sentido estrito: precisões conceituais .....	454
3.2. Limites temporais dos direitos subjetivos: prescrição e decadência.....	460

4. Importância prática.....	462
5. Conclusões.....	464
6. Bibliografia .....	465

### III.

## DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE E APURAÇÃO DE HAVERES, 469

### 15. Anotações sobre a Exclusão de Sócios por Falta Grave no Regime do Código Civil, 471

1. Introdução .....	473
2. Exclusão por falta grave: juízos de proporcionalidade e igualdade de tratamento .....	475
2.1. Falta grave superveniente .....	480
2.2. Falta grave atual .....	481
3. Exclusão extrajudicial: pressupostos .....	482
3.1. Exclusão extrajudicial: previsão contratual genérica, exemplificativa e taxativa .....	483
3.2. Exclusão extrajudicial: assembleia necessária e método assemblear .....	488
3.2.1. Prazo de convocação da assembleia.....	489
3.2.2. Conteúdo da convocação .....	490
3.2.3. Consequências advindas da ausência do excluendo.....	492
3.2.4. Quórum de deliberação.....	493
3.3. Exclusão extrajudicial e controle jurisdicional.....	494
4. Exclusão judicial e exclusão extrajudicial: vias alternativas ou repelentes? .....	498
5. Exclusão judicial: iniciativa e legitimação ativa .....	501
6. Exclusão judicial e apuração de haveres .....	505
7. Conclusão .....	505
8. Bibliografia .....	506

### 16. Exclusão de Acionista em Sociedade Anônima Fechada, 511

1. A consulta complementar .....	513
1.1. Os fatos complementares: a tréplica e o parecer jurídico que a instrui.....	513
1.2. Os quesitos adicionais da consulta .....	514

2. O parecer complementar.....	515
2.1. A exclusão de sócio: medida eficaz e necessária de reação aos atos de deslealdade praticados no âmbito da relação jurídica de cooperação e de fim comum .....	517
2.2. A exclusão de acionistas e a sua admissão no caso concreto: sociedade com clara estruturação personalística e a necessidade de superar o conflito, de forma eficaz.....	525
2.3. A falta grave legitimadora da exclusão e a sua caracterização.....	530
2.4. A necessidade e a proporcionalidade da medida: o ônus do inadimplemento não pode ser transposto a quem tem a mera faculdade de suportá-lo.....	534
2.5. Respostas aos quesitos.....	538

**17. Quórum de Deliberação e Prazo para o Exercício da Ação Anulatória de Exclusão Extrajudicial de Sócio em Sociedade Limitada: Comentários ao Recurso Especial nº 1.459.190-SP, 543**

Recurso especial nº 1.459.190 – SP (2013/0381244-8).....	545
Ementa .....	545
1. Introdução .....	563
2. O prazo para propositura da ação anulatória de deliberação de sócios .....	566
3. O quórum de deliberação e o seu cálculo .....	572
4. Fecho .....	576
5. Bibliografia .....	577

## IV.

### CAPITAL SOCIAL, 581

**18. Breves Reflexões sobre o Uso de Criptoativos para Integralização do Capital Social e os Ulteriores Desdobramentos Societários, 583**

*(em coautoria com Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França e Giulia Ferrigno Poli Ide Alves)*

1. Introdução .....	585
2. Capital social e a proteção indireta aos credores .....	586
3. Possibilidade de integralização de criptoativos .....	589
3.1. Fundamento técnico das criptomonedas: a tecnologia “ <i>blockchain</i> ” .....	589

3.2. Natureza jurídica das criptomoedas e inadequação aos tipos clássicos.....	591
4. Integralização dos criptoativos à sociedade como “bens”.....	595
4.1. Transferibilidade ao patrimônio social e questões decorrentes .....	595
4.2. Idoneidade dos criptoativos à integralização na categoria de “bens” .....	601
4.2.1. Suscetibilidade à avaliação em dinheiro .....	602
4.2.2. Compatibilidade com o interesse social .....	604
4.2.3. Penhorabilidade e exequibilidade – necessidade de materialização da chave privada? .....	605
5. Conclusão .....	608
6. Bibliografia .....	609

## V.

### REFORMA DA LEI DAS S/A, 613

#### 19. SUGESTÕES PARA APRIMORAMENTO DA LEI DAS S/A: UM ESBOÇO DE ANTEPROJETO DE LEI, 615

§ 1º. Explicação .....	617
§ 2º. Esboço de Anteprojeto de Lei para Reforma da Lei das S/A .....	618
Exposição de Motivos .....	618

#### Índice remissivo, 629